

Assim, os atos processuais referentes à inversão da execução devem ser considerados nulos, por completa ausência dos requisitos mínimos para a instauração da execução (CPC, artigo 618).

BIBLIOGRAFIA

JÚNIOR, Nelson Nery, NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

NEGRÃO, Theotônio. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 1998

TEIXEIRA NETO, Manoel Antonio. *Execução no processo do trabalho*. 6 ed. São Paulo: LTR, 1998

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Vol. I e II, 27 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999

A JUSTIÇA DO TRABALHO NO PANORAMA DAS NOVAS RELAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

Patrício Jorge Lobo Vieira (*)

“Por mais flexibilizado, terceirizado e globalizado que seja o mundo do trabalho, com relação a ele devemos buscar a medida do homem, que não pode ser reduzido a um índice econômico” (Ministro José Luciano de Castilho Pereira, do C. TST)

“(…)o trabalhador brasileiro é tão protegido pela lei que a sua qualidade de vida é uma das piores do mundo” (Arion Romita)

“O trabalho é um meio de realizar o homem, não uma forma de oprimi-lo” (Prof.º Zéu Palmeira Sobrinho)

“A Justiça do Trabalho brasileira exhibe um feito notável e inegável: é o único segmento do Poder Judiciário que conseguiu levar o direito às classes populares. Essa função social e política da Justiça do Trabalho não pode ser minimizada neste país contraditório e largamente dividido em que o conflito trabalhista assume feição preocupante, explosiva, requerendo

imediate e eficaz intervenção estatal. (...) O Juiz do Trabalho sente e não apenas vê e lê a questão que lhe é submetida(...).”(Ministro José Oreste Dalazen, do C. TST)

Sumário: 1. Considerações gerais. 2. A Justiça do Trabalho do novo milênio. 3. Justiça do Trabalho, globalização e o fenômeno da flexibilização. 4. Comentários finais. 5. Bibliografia.

1. Considerações gerais

Em face das novas mudanças ocorridas na contemporaneidade, urgem esclarecimentos acerca de alguns temas de profunda relevância na dialética da Justiça Especializada do Trabalho, a saber, a disseminação da idéia neoliberal de flexibilização e o processo de globalização econômica, institutos cujo estudo, aliado ao papel da Justiça do Trabalho, contribui para o entendimento da panorâmica da justiça laboral nas novas relações sócio-econômicas no mundo hodierno.

(*) Patrício Jorge Lobo Vieira é Técnico Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e concluinte do Curso de Direito Noturno da Universidade Federal da Paraíba.

Nessa linha de entendimento, ousou inserir desequilíbrios, como a péssima distribuição de renda, desigualdades sociais, o processo de modernização, com a conseqüente automação das indústrias, fatores, dentre muitos outros, que contribuem, cada vez mais, para o engrandecimento de parcelas da população que não possuem emprego que garanta remuneração, ainda que mínima, para sobrevivência e sustento da família.

Somado a isso, acrescentamos milhões de brasileiros encontrados em situação de total desamparo legal, empregados sem carteira assinada, despossuidores de expectativa de ganho de uma futura e minguada aposentadoria, mas necessária, ao menos para garantia da compra de alguns poucos utensílios.

Fatores outros, como a terceirização das atividades, como o aumento da figura do estágio, do subemprego, do trabalho infantil, entre outros, incorporam-se ao nosso cotidiano, jungindo-se às chamadas “globalização” e “flexibilização” das relações trabalhistas, impelindo o legislador pátrio a uma tendência cada vez maior de minorar os já tão pouco consolidados direitos trabalhistas.

No dizer do eminente Ministro Dalazen⁷⁷, do C. TST, *uma lei trabalhista é moldada muito mais por seu espírito do que por sua letra – Ela é feita para uma situação determinada no espaço e no tempo. E a compreensão dessa eficácia da lei*

⁷⁷ Revista Jurídica Consulex, Ano III, n.º 31 / Julho 99

trabalhista não pode ser atribuída a qualquer juiz, mas necessariamente a um juiz preparado nas lides trabalhistas – dentro e fora do processo – com a dupla visão de militante e de magistrado. O Juiz do Trabalho tem de ter ampla visão da necessidade e do direito do empregado, da possibilidade e do direito do empregador e da conciliação como mecanismo justo para a solução do conflito.

O processo do trabalho é a soma de várias projeções ligadas ao exercício da cidadania. É na esteira desse raciocínio que externamos o cerne em que se inclui a Justiça do Trabalho. Primeiramente, filia-se à projeção social, ao dispor sobre a natureza alimentar do salário, que, por conseguinte, liga-se à família, ao seu bem-estar, à relação entre empregado e empregador, como também, à dignidade do trabalho. Após, insere-se na projeção econômica, pois o trabalhador não é elemento estranho ao desempenho empresarial, porquanto é parte da empresa e, como tal, responsabiliza-se pela sua função econômica. Por derradeira, a projeção política, pois o trabalho relaciona-se diretamente com a economia da empresa, gerando riqueza, e a riqueza, fomentando mais trabalho.

Presentemente, com a economia globalizada, provocando desemprego e enfraquecimento dos instrumentos de pressão da classe trabalhadora (sindicatos, greves, etc.), torna ainda mais delicada e preocupante a questão social, recomendando-se, cada vez mais, a pronta e eficaz intervenção do corpo especializado de magistrados da Justiça do Trabalho.

Pois bem, todas essas considerações em muito se inserem, como explicitado supra, no novo papel social e político da Justiça do Trabalho em face das novas relações sócio-econômicas, fomentando-se, destarte, a necessidade premente de mudança da mentalidade dos julgadores e da sociedade, no sentido de que precisamos amoldar normas materiais e processuais que sirvam de instrumento aos julgadores, bem como adaptar condutas ao novo panorama social, principalmente, renovando a própria estrutura dessa Justiça Laboral.

Desse modo, no decorrer deste singelo estudo, envidaremos esforços, no sentido de comentar e esclarecer alguns pontos relativamente à inserção da importante função da Justiça do Trabalho neste novo milênio que se avizinha, bem como desmistificando a problemática da globalização e da flexibilização, institutos que merecem profunda reflexão.

2. A Justiça do Trabalho do novo milênio

A demolição da Justiça do Trabalho não beneficiará os empregados nem os empregadores e muito menos os contribuintes, que teriam mais contas a pagar.

Ao revés da destruição e das pesadas críticas, a instituição precisa ser aperfeiçoada, sobretudo para corrigir fatores de lentidão, porquanto existe em função de um Direito especial, que trata de relações jurídicas submetidas às rápidas transformações sociais referentes ao capital e ao trabalho. É o canal necessário à solução de conflitos individuais e coletivos.

Ora, se a Justiça do Trabalho ainda não tem a eficácia desejada⁷⁸, também não pode ser taxada de lenta, pois, com o resgate da cidadania pela Carta Magna de 1988, aliada à edição de imprecisas legislações e ao descumprimento dos dispositivos legais, proliferaram-se os litígios sobremaneira, a ponto de contrapor-se uma Justiça que não dispõe de aparatos estruturais e legislativos suficientes e aprimorados para real desenvolver das suas atividades.

À chamada lentidão, some-se à maquiavélica desorganização do ordenamento jurídico, por meio da atividade legiferante do Chefe do Poder Executivo, o aumento da rotatividade de mão-de-obra e do desemprego, a resistência do poder público ao cumprimento de normas jurídicas que impõem obrigações, os novos métodos produtivos e a política neoliberal, entre outros.

E é sob todo esse prisma que renasce o ideal do novo papel dessa Justiça no novo milênio, pois, outrora sempre caracterizada pela simplificação e celeridade processual, representando a única via para amparo do trabalhador, hoje, encontra-se emperrada, necessitando de ajuda.

Com efeito. Para o pleno desenvolver do seu mister, a Justiça do Trabalho precisa ser reestruturada e aprimorada. Nesse aspecto, começamos a louvar o legislador pátrio, ao criar medidas quão valiosas para tal exercício, a saber: a adoção do rito sumaríssimo, das comissões de conciliação prévia, a extinção dos juízes classistas, o provimento de recursos por despacho, entre outras medidas a nível de projetos de lei, tais quais os Juizados Especiais do Trabalho, as súmulas vinculantes, a adoção dos critérios de transcendência par apreciação do recurso de revista e a valorização das ações civis públicas no âmbito trabalhista. Estas, medidas necessárias e assaz convenientes que merecem imediata concretude pelo legislador pátrio, a fim de que possamos, conforme bem explanado, adentrar em uma nova era, por meio da qual tenhamos uma Justiça do Trabalho capaz de atender aos anseios de pacificação dos conflitos laborais numa sociedade globalizada.

3. Justiça do Trabalho, globalização e o fenômeno da flexibilização

A sociedade vive em constantes mudanças. Muitas das experiências por que passa são reflexos das renovações dos parâmetros que ocorrem no decorrer dos anos, como aquelas decorrentes da Revolução Industrial, das idéias liberais, entre outros.

Hodiernamente, com a implementação da chamada modernidade, inúmeros fenômenos iniciaram o seu processo de consolidação, a ponto de, numa visão crítica, obstacularem o real desenvolvimento da sociedade em que vivemos. São os fenômenos da globalização e da flexibilização, intrinsecamente ligados à adoção do modelo neoliberal, em voga na atualidade.

⁷⁸ Nesse sentido, Revista Jurídica Consulex, Ano III, n° 31 / Julho de 99

No dizer do ilustre José Eduardo Faria⁷⁹, movidas pela suposta abertura política, aliada ao crescimento econômico, à modernidade e à necessidade de reformas sociais, iniciou-se o processo de caracterização das relações internacionais, por dois movimentos diametralmente opostos, a saber: o da globalização ou integração econômica, alimentado pelos interesses políticos, comerciais e econômico-financeiros dos oligopólios, dos grandes bancos e de alguns governos nacionais; e, do outro, o da balcanização ou fragmentação sociocultural, vez que a globalização é um processo de decisões privadas e públicas tomadas na forma de sucessivos e inacabados desafios e ajustes.

Assim, impelidos pela necessidade de mudanças para consecução dos novos ideais difundidos na comunidade internacional neo-liberal, principalmente, pela internacionalização ou mundialização da informação e pela dependência direta da conjuntura mundial e dos mega-blocos econômicos, os Estados precisariam adotar três estratégias fundamentais: a desregulação, deslegalização e desconstitucionalização, porquanto, partindo do pressuposto de que o Estado mostrava-se ineficiente na condução ou na direção da atividade econômica, procurava-se transferir para a esfera privada todas aquelas atividades econômicas antes sob o encargo do Estado.

Sob tal prisma, a atividade estatal regulamentadora de direitos que se constituísse numa intervenção nas relações de trabalho, por meio das normas regentes da atividade econômica, nelas incluídas as trabalhistas, tornar-se-ia verdadeiro entrave para o desenvolvimento e modernização. É isso o almejado pelos que se engajam cada vez mais em barrar o acesso dos hipossuficientes economicamente à Justiça, flexibilizando, ou melhor, mitigando a suposta rigidez das leis trabalhistas ou das práticas incorporadas ao cotidiano do setor produtivo, objetivando adaptá-las à realidade econômica. Tudo não passa de uma estratégia política.

Com efeito. Bem melhor aos defensores da modernização a escolha de regulamentação de direitos e solução dos conflitos por modos autocompositivos ou não intervencionistas, dentre os quais se destacam a livre negociação e o contrato de trabalho coletivo, que digladiarem com a imposição concreta e efetiva do ordenamento jurídico trabalhista, por seus juízes.

Ora, nada melhor conveniente aos defensores da desregulamentação, representados pelos grandes conglomerados econômicos internacionais, aduzir que a nova era tecnológica, com a conseqüente automação, e a imposição pela nova ordem econômica, expandida em um mundo sem fronteiras, globalizado, são meios altamente necessários ao incremento da sociedade e do país na comunidade internacional. É o novel capitalismo selvagem, que, com nova roupagem, impulsiona a proliferação, cada vez maior, do desemprego estrutural, da disseminação e do desvirtuamento das relações de trabalho, etc.

⁷⁹ *Extraído do artigo do Prof. João Bosco L. da Fonseca, publicado na Revista do TST, Vol.65, n.º1, dez. 99, pág.210/222.*

Na esteira desse raciocínio, tem-se que, na prática, assimilando o entendimento do ilustre Juiz Zéu Palmeira Sobrinho⁸⁰, a flexibilização, para ser implementada, não é vinculada à condição de legalidade, embora seja objetivo dos seus defensores instituir em corpo de lei todos os postulados do fenômeno flexibilizatório ao tempo em que, sem pestanejos, promovem uma desregulamentação de direitos dos trabalhadores. E mais: o ataque do excesso de legalismo ou intervencionismo na disciplina das relações de trabalho tem virado moda, ocultando e inibindo reações das classes mais prejudicadas e dos esquerdistas neoconvertos ou também chamados liberais de esquerda.

Pois bem, na prática, flexibilização não é nada mais que atenuação, abrandamento ou até exclusão da norma que protege o trabalhador, com o conseqüente efeito protetivo aos grupos globalizados, promovendo-se, destarte, profundas modificações no tocante ao objeto alterável do contrato de trabalho, como o emprego, o salário, a despedida e a jornada. Como exemplos, inclusive, já consolidados no sistema pátrio, a instituição do contrato por prazo determinado; o trabalho clandestino; a terceirização; o trabalho à distância; a utilização da mão-de-obra infantil; desvirtuamento da figura do estágio; flexibilização da jornada de trabalho, como forma de garantia do emprego; possibilidade de redução do salário, entre outros.

Assim, conforme se percebe, todos esses fatores refletem frontal e violentamente na nossa sociedade, fomentando o desemprego, a concorrência desleal, em face do minguado valor da nossa mão-de-obra, o aumento da concentração de renda, do número de trabalhadores que percebe salário variável, etc., bem como a total dependência do país às imposições econômicas e até mesmo políticas dos mega-blocos internacionais.

4. Comentários finais

A Justiça do Trabalho do novo milênio parece estar encontrando o seu caminho. Entra com nova mentalidade e roupagem, mais técnica, célere e barata, com a adoção do rito sumaríssimo, das comissões de conciliação prévia, com a extinção dos classistas, entre outros.⁸¹

Contudo, medidas urgentes, no sentido de concretização de todos os ideais e reclamos que se instalaram no seio da nossa sociedade.

A globalização é um dos seus fenômenos, qual seja, o da flexibilização, aliados ao desemprego e à instabilidade econômica são situações reais e concretas, que precisam ser bem entendidos e captados pela sociedade e, principalmente, pelos

⁸⁰ Considerações extraídas do trabalho “Flexibilização: Um Enfoque Crítico”, de autoria do Prof. da disciplina de Direito do Trabalho, na UFPB, Juiz do Trabalho Zéu Palmeira Sobrinho.

⁸¹ Extraído do artigo do Ministro Ives Gandra da Silva M. Filho, do C. TST, publicado na Revista Jurídica Virtual n.º 08, do mês de Janeiro de 2000-Presidência da República.

operadores do Direito, pois, enquanto a divulgação de tais conceitos flui livremente pela mídia e pelos conglomerados, a proteção ao trabalhador parece continuar tímida e inobservada.

Por mais flexibilizado, terceirizado e globalizado que seja o mundo do trabalho, com relação a ele, devemos buscar a medida do homem, que não pode ser reduzido a um índice econômico (Min. Luciano Castilho).

E é sob todos esses aspectos ora despendidos que, novamente, renovamos as benesses de adoção do novo papel da Justiça do Trabalho no panorama das novas relações sócio-econômicas, primando-se por uma Reforma do Judiciário aliada à tão necessária renovação das normas e das nossas mentalidades, na busca incessante da real, rápida e efetiva tutela específica dos direitos insertos na Carta Política, a fim de que seja garantido o direito àqueles hipossuficientes economicamente.

De mais a mais, ao finalizar o presente estudo-pesquisa, invisto-me no sentimento de ousadia, ao utilizar as inteligentes palavras do eminente Ministro José Luciano Castilho, em palestra proferida no III Congresso Internacional de Direito do Trabalho, realizado no ano de 1997, na cidade de Florianópolis, para concluir que *“não sei o que acontecerá neste próximo milênio, mas sei que, por maiores que sejam as modificações, o Direito continuará procurando viabilizar a Justiça e sem Justiça não haverá Paz. Se a Paz é mesmo obra da Justiça, estes princípios aqui, hoje, fixados têm a vocação da perenidade.”*

São desafios que competem a nós, integrantes da nova sociedade globalizada e flexibilizada, no sentido de buscarmos, sem olvidar os princípios constitucionais e morais, as novas luzes-guias que nortearão a Justiça do novo milênio, resgatando-se, pois, a dignidade do trabalhador, protegendo-o efetivamente e respeitando-o como pessoa humana. É por isso que concluo, valendo-me dos brilhantes ensinamentos do Juiz Márcio Túlio Viana, ao dispor que *“temos que cooperar na reconstrução do Direito sob a luz projetada pela utopia, pelo mito, pela ideologia, levando em conta a nova realidade, os novos tempos, a nova forma de vida, a nova forma de produção e de prestação de serviços, para dar-lhes sentido novo, o sentido do humanismo, tão antigo quanto a presença do homem no mundo e tão renovado quanto a contínua atuação daquela presença diante de fenômenos novos gerados pelo próprio homem.”*⁸²

Bibliografia

Revista do Tribunal Superior do Trabalho / Tribunal Superior do Trabalho.
Brasília. Vol. 65, n.1, out/dez 1999 – Ed. Síntese

⁸² Excerto do artigo do Prof. João Bosco Leopoldino da Fonseca, publicado na Revista n.º 1, Vol. 65, out/dez 99, do C. TST, pág.222.

Revista Jurídica Trimestral “Trabalho & Doutrina – Processo e Jurisprudência”. Vol.24. Março de 2000. Editora Saraiva.

Revista Jurídica Virtual n° 08 – Presidência da República.

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas n.º 09/1997. Editora LTR.